



UNILAB

**Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira**

Intolerância Religiosa em Acarape

**Aluna: ANTONIA DA SILVA MOREIRA
Orientadora. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.**

REDENÇÃO - CE

2016

ANTONIA DA SILVA MOREIRA

Intolerância Religiosa em Acarape

Monografia apresentada pela acadêmica **Antonia da Silva Moreira** como exigência do curso de graduação em **UNIAFRO-Políticas de Igualdade Racial EAD Especialização em Educações Raciais** da Faculdade **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB** sob a orientação do professor **. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

M836 Moreira, Antonia da Silva.

Intolerância Religiosa em Acarape. / Antonia da Silva Moreira. – Redenção, 2016.

38 f.: il.; 30 cm.

Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.
Inclui gráficos e referências.

1. Religião. 2. Intolerância religiosa. I. Título.

CDD 200

ANTONIA DA SILVA MOREIRA

Intolerância Religiosa em Acarape

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Pós-Graduação-EAD da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Pós Graduada sob orientação do Prof^a. **Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.**

Banca examinadora:

Prof. Prof^a. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.

Prof^a. Dra. Rebeca de Alcântara e Silva Meijer

Prof^a. Dra. Geranilde Costa e Silva

Aprovada em ____/____/____.

CONCEITO FINAL: _____

Quebrando Barreiras
José de Alencar

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao mundo por mudar as coisas, por nunca fazê-las serem da mesma forma, pois assim não teríamos o que pesquisar, o que descobrir e o que fazer, pois através disto consegui concluir a minha monografia.

Ao meu querido esposo Laureano Rocha Oliveira, pelo amor, ajuda, compreensão e conforto nas horas de dificuldade.

Aos meus pais José Moreira Filho e Antonia da Silva Moreira e também todos os meus irmãos e sobrinhos por compreender minha ausência em momentos importantes, sempre dando força, incentivo nas horas de maior dificuldade e pelos seus preciosos conselhos.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, a Coordenadora Francineide Goergen, minha Tutora Hilana Fábila Regis Rocha e em especial a Professora Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva que se propôs a orientar meu trabalho transmitindo-me conhecimentos e tranquilidade amparando-me no momento que mais precisei, não permitindo que eu desistisse do meu sonho, minha primeira Pós-Graduação.

Aos amigos, que sempre incentivaram meus sonhos e estiveram sempre ao meu lado dando força para seguir em frente sempre.

Aos meus colegas de classe e demais formandos pela amizade e companheirismo que recebi.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir o problema da intolerância religiosa, especialmente o que envolve a vida de comunidades de matriz africana. Além disto, também conhecer a liturgia do candomblé e umbanda para descobrir e permite-se entender a alma do povo brasileiro. O desconhecimento do povo brasileiro em relação à religião de matriz africana é o fator principal para causar a resistência e a falta de aceitação, a junção desses fatores tem como consequência a intolerância. A predominância do preconceito ocorre em nações desenvolvidas e em desenvolvimento como é o caso do Brasil, que tem se tornado um motivo de preocupação para a sociedade na atualidade. O desenvolvimento do conceito de país laico no Brasil não são tratados com naturalidade, respeito e por isso não há aceitação pelas pessoas, existe a necessidade de se pesquisar e divulgar mais sobre as religiões de matriz africanas. Na sociedade atual ainda convivemos com um notícias relacionados a agressões de preconceito que preocupa por tratar de um fator marcante no mundo. A liberdade religiosa em nosso país é vulnerável, todos os brasileiros devem respeitar a crença ou a descrença das pessoas, somos um povo democrático e temos a obrigação de saber viver como ser livre, para termos o direito de escolha é imprescindível que a população brasileira sintam-se como público responsável em usufruir com responsabilidade e respeito a religiosidade de todos. As religiões de matriz africana, ao contrário do que se poderia imaginar, não são religiões politeístas. São monoteístas. É papel da sociedade prevenir a intolerância e reconhecer que todo ser humano tem livre arbítrio garantido pela Constituição, que deixa claro o direito de pensar, de crer, de amar, de doar, de rezar, de ser gente religiosa ou não religiosa.

Palavras chaves: Respeito, intolerância, liberdade religiosa.

SUMÁRIO

Introdução	07
CAPÍTULO – I	09
Conceito de religião.....	10
CAPÍTULO – II	13
1.1. Liberdade Religiosa no Brasil.....	14
1.2 . Liberdade de Pensamento	15
1.3. Liberdade de Crença.....	17
1.4. Liberdade de Culto e Organização Religiosa.....	19
CAPÍTULO – III	22
Dimensão Religiosa.....	23
CAPÍTULO IV.....	27
2. Situações Atuais 27	
2.1.Trabalhando de Campo	29
2.2.Rultados da Pesquisa	32
Considerações Finais.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

O ser humano a medida que foi evoluindo adquiriu nesse longo processo a sua formação em prol da liberdade, igualdade e fraternidade, processo esse que pode ser dividido em três períodos, porém, sendo eles dependentes. A princípio liberdade, é um dos direitos essenciais do homem, que tornou possível a consciência do indivíduo, permitindo que a mesma pudesse ser manifestada através da liberdade de pensamento. Esse direito, consagrado na primeira fase desses direitos, possibilitou a manifestação da crença religiosa, já que antes a pessoa era proibida de exteriorizar o seu pensar e mais ainda de divulgar a sua fé.

O Brasil é considerado como Estado laico. Isso significa que todas as religiões devem ser respeitadas por todos nós. A constituição tem, sim, o dever de garantir a liberdade religiosa. Diz o artigo 5º, inciso VI, da Constituição: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais da humanidade, como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual somos signatários.

Esta pesquisa visa realizar um estudo sobre a Intolerância Religiosa em Acarape, destacando a necessidade de se trabalhar nas Instituições particulares e públicas a história afro-brasileira que sempre sofreu e é cercada de preconceitos religiosos, culturais e sociais. Também visa desenvolver o censo crítico urgentemente ofertando possibilidades de se colocar na sociedade sem medo ou submissão. Todos os humanos são iguais independentemente da religião que optou seguir, únicos seres capazes de evoluir pelo conhecimento.

Este trabalho de conclusão de curso – TCC possui o objetivo geral: Trabalhar em sala de aula o problema da intolerância religiosa, especialmente as religiões de matriz africanas como o candomblé e umbanda, abrindo espaço para o debate. Também desenvolverá os seguintes objetivos específicos: Apresentar o conceito de religião de forma clara e dinâmica para os alunos, para leva-los a conhecer as nossas origens; E desenvolver atividades envolvendo o tema intolerância religiosa, para dar oportunidade aos alunos de reconhecer as religiões com naturalidade e respeito.

A pesquisa sobre Intolerância Religiosa em Acarape, da Escola de Ensino Médio Maria do Carmo Bezerra, pode contribuir para uma melhor compreensão e /ou respeito da religião dos nossos semelhantes, bem como enriquecer o conteúdo trabalhado em sala de aula. É notório o fato de que os brasileiros não reconhecem as religiões de matriz africana com naturalidade, sem preconceitos e aceitação. Diante dessa realidade será questionado: Existe de fato Intolerância Religiosa em Acarape?

A proposta inicial desta monografia não é oferecer nenhuma solução definitiva, única e concreta sobre o problema de intolerância religiosa em Acarape. Até porque, esse problema é vasto e abrangente. O que se propõe é apresentar algumas possibilidades para amenizar o preconceito religioso de hoje, através de uma educação pensada no agora e também a longo prazo para as gerações futuras.

Para iniciar iremos conceituar o termo “religião”, que apresenta uma dimensão ampla e complexa. A princípio, religião é um conjunto de crenças relacionadas com divindades que torna necessário um sentimento de veneração e obediência ao ser divino de uma determinada religião. Na sequência explicaremos o início do Estado laico que vivemos hoje, começando com a proclamação da república e a constituição de 1891 sendo a primeira constituição republicana, defendendo explicitamente o direito à liberdade.

No segundo capítulo iremos abordar sobre a Liberdade de Pensamento (expressar através de qualquer meio o que se acredita); Liberdade de crença (escolha de religião, mudar de religião, ou de não aderir a religião alguma, ser ateu) e também a Liberdade de culto e organização religiosa (manifestar em público a liberdade religiosa).

Em seguida o terceiro capítulo abordará sobre as dimensões religiosas, retratando a relação do homem com a natureza, como DOMINGO (2013, p.3) acrescenta: “É é nesta dinâmica de relação participativa que o Africano-Banto preserva a sua existência com o ser Supremo, Nzambi, (Deus), Bazimu (os espíritos), Banthu (os seres humanos, homens,), Pinhama, (os animais), os vegetais, os minerais e fenômenos e objetos sem a vida biológica”.

No quarto capítulo será apresentada a situação atual de acordo com o último censo, de 2010, realizando um comparativo com o censo de 2000. Fará parte deste capítulo também a pesquisa de campo realizada através de entrevistas com docentes, discentes e líderes religiosos. Para concluir falaremos sobre os resultados da pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho priorizou a pesquisa bibliográfica, documental em livros, trabalhos de conclusões de curso (graduação, especialização, mestrado, doutorado), artigos e periódicos, sites de órgãos públicos e de outras instituições voltados à temática de Intolerância Religiosa e também a pesquisa de campo realizada através de entrevistas.

A análise conceitual do termo religião foi apresentada a partir da visão de: Émile Durkheim e Marilena Chauí. Como embasamento teórico para a compreensão das religiões de matriz africanas, apresentou-se o pensamento de Reginaldo Prandi. Os candomblés de São Paulo: A velha magia na metrópole nova e também Luís Tomas Domingos incluso nas Obras: A visão africana em relação à natureza e A complexidade da dimensão religiosa da medicina africana tradicional. Também são mencionados alguns artigos da Constituição Brasileira acerca do que trata-se de país laico e liberdade.

Capítulo I

Conceito de religião

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela

O conceito de religião apresenta uma dimensão ampla e complexa, ou seja, a princípio, religião é um conjunto de crenças relacionadas com divindades que torna necessário um sentimento de veneração e obediência ao ser divino de uma determinada religião.

Originada do termo latim **religio**, formada pelo prefixo **re** (outra vez, de novo) e o verbo **ligare** (ligar, unir, vincular). ...a religião é um vínculo entre o profano e o sagrado, isto é, a Natureza (água, fogo, ar, animais, etc) e as divindades que habitam a Natureza ou um lugar separado da natureza. (CHAUÍ, 2001.p.113).

Quando se trata de religião, cada segmento religioso cria suas normas e práticas específicas que, devem ser estudadas e praticadas por seus devotos, por isso, deve-se dar o devido respeito às religiões que assim, ajudam a formar e moldar uma nova sociedade.

É de extrema necessidade ressaltar a importância da religião é quando se defende o direito a liberdade de crenças ou descrenças.

Assim discorre Durkheim:

As forças religiosas são [...] forças humanas, forças morais. Sem dúvida, porque os sentimentos coletivos não podem tomar consciência de si mesmo senão fixando-se sobre objetos exteriores, tais forças [religiosas] não puderam se constituir sem tomar às coisas alguns dos seus caracteres: adquiriram assim um tipo de natureza física; a este título elas vieram misturar-se à vida do mundo material e é por elas que se acreditou poder explicar o que nele se passa. (DURKHEIM,1978. p. 224-7)

Segundo DURKHEIM apud BERTONE SOUSA (2013), a vida religiosa é voltada para ação, também possui função social. Para ele, o sagrado é composto de crenças e ritos, ou pensamento (no caso das crenças) e movimento (no caso dos ritos). Os ritos tem a função de prescrever comportamentos. A pluralidade de crenças religiosas evidenciam o impulso criador da sociedade e também a permanente tentativa do homem de elevar-se a uma vida

superior à realidade cotidiana. As crenças, enquanto representações coletivas, atribuem significados a essa outra vida, enquanto os ritos estabelecem os regulamentos que garantem o funcionamento do culto religioso. Por conseguinte, os ritos são formas de reafirmação periódica do grupo. E através desse simbolismo religioso também atua com a função de reproduzir as hierarquias sociais.

Assim descreve Durkheim [...] “a verdadeira função da religião não é nos fazer pensar, enriquecer nosso conhecimento, [...] mas sim nos fazer agir, nos ajudar a viver”.

Na atualidade, o termo Estado laico vem sendo utilizado no Brasil como fundamento para a insurgência contra a instituição de feriados nacionais para comemorações de datas religiosas, a instituição de monumentos com conotação religiosa em logradouros públicos e contra o uso de símbolos religiosos em repartições públicas.

A Constituição da República apesar do disposto em seu artigo 19, inciso I protege a liberdade de crença, o livre exercício dos cultos religiosos e o faz da seguinte forma:

Art. 5. VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: b) templos de qualquer culto;

Art. 210 § 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Art. 213 - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas

Art. 226 § 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

Portanto, o mais adequado do que chamar a República Federativa do Brasil de Estado laico, seria chamá-la de Estado pluri-religioso, que aceita todas as crenças religiosas, sem qualquer discriminação, inclusive a não crença.

Assim dispõe a Constituição da República em seu artigo 1º: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.... Parágrafo único - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

“Afirma a doutrina que o princípio, juntamente com os princípios da igualdade e da liberdade, é princípio fundamental da democracia. Aristóteles já dizia que a democracia é o governo onde domina o número” (O Estado Laico e a Democracia - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro).

Embora o Estado deva respeitar e proteger os não crentes e os crentes de outros cultos, não nos parece adequado que o Estado deva suprimir de seu ofício qualquer alusão a determinado culto religioso, ou deixe de colaborar com este por causa de uma minoria insatisfeita, que tem toda a liberdade, constitucionalmente assegurada, de pregar a sua crença ou não crença, com o fim de conquistar novos adeptos, bem como eleger seus representantes para que defendam seus interesses perante o Estado.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) explicita que o ensino religioso nas escolas de Ensino Fundamental é parte integrante da formação básica do

cidadão, tendo matrícula facultativa e devendo ser multiconfessional, o que significa que todas as religiões devem ter as mesmas oportunidades de estudo.

CAPITULO II

As religiões são caminhos diferentes convergindo para o mesmo ponto. Que importância faz se seguimos por caminhos diferentes, desde que alcancemos o mesmo objetivo?
Mahatma Gandhi

1.LIBERDADE RELIGIOSA

É perceptível a dificuldade dos brasileiros no que diz respeito reconhecer as religiões de matriz africana com naturalidade, sem preconceitos e aceitação: apesar de a sociedade brasileira ser composta por mais da metade de indivíduos que têm em sua genética componentes relacionados com a África, a percentagem destes que se identificam como praticantes de ritos de candomblé, umbanda ou outro desta linhagem é muito pouco significativa. Diante dessa realidade será questionado: Existe de fato Intolerância religiosa em Acarape? Se o Brasil se revela como sendo um país laico, porque há tanta resistência? Melhor explicando, José Afonso da Silva afirma:

Na liberdade de crença entra a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou o direito) de mudar de religião, mas também compreende a liberdade de não aderir a religião alguma, assim como a liberdade de descrença, a liberdade de ser ateu e de exprimir o livre agnosticismo. Mas não compreende a liberdade de embaraçar o livre exercício de qualquer religião, de qualquer crença, pois também a liberdade de alguém vai até onde não prejudique a liberdade dos outros. (SILVA ,2002. p. 248) .

A liberdade religiosa do nosso país e em nosso município deve ser levada a sério, todos os brasileiros devem respeitar a crença ou a descrença dos outros, somos um povo livre e temos a obrigação de saber viver como tal, para termos o direito de escolha é imprescindível que a população brasileira perceba-se como público responsável em usufruir com responsabilidade e respeito a religiosidade de todos.

Não podemos nos calar diante dos acontecimentos que envolve ações preconceituosa quanto a religião do outro, há ainda muitas pessoas que temem revelar sua religiosidade, principalmente se for umbanda ou candomblé, por que não se sentem seguras para essa divulgação pública, porque sabem que não são bem vistas, ou seja, aceitas e respeitadas como lhe é de direito, então para evitar o constrangimento optam por passar despercebido.

Como descrevem a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar a religião, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 18).

2. LIBERDADE DE PENSAMENTO

Expressar através de qualquer meio, o intelecto humano, dando direito à exteriorização ou não do pensamento sem qualquer restrição, caracterizando a “liberdade de o indivíduo adotar a atitude intelectual de sua escolha: quer um pensamento íntimo, quer seja a tomada de posição pública; liberdade de dizer o que se crê verdadeiro” (Liberdade de Crença religiosa Constituição de 1988 – Âmbito Jurídico)

Essa preocupação com a exteriorização do pensamento foi tratada na Declaração de Direitos do Homem de 1789, segundo a qual “ninguém pode ser perturbado por suas opiniões, mesmo religiosas, desde que a sua manifestação não inquiete a ordem pública estabelecida pela lei.

Esse direito a liberdade de pensamento possibilita a pessoa formular juízos de valor sem as amarras morais impostas pela sociedade. Imprescindivelmente, o direito à liberdade de pensamento reflete o valor da dignidade da pessoa humana. Essa liberdade poderá ser manifestada de inúmeras formas (fala, escrita, imagens e etc.) e foi prescrita pelo Legislador Constituinte de forma rígida, pois houve necessidade de tipificar na Ordem Constitucional a preservação dessa liberdade para evitar a repetição de fatos traumáticos, como os causados pela censura do regime militar.

A religião e a religiosidade no Brasil, permite entender a alma do povo brasileiro, pois expressam, mais que as crenças ou práticas, a cultura contemporânea, vários significados simbólicos que permite entender o universo das ideias e mentalidades, os ritos do cotidiano, as relações sociais e as instituições política.

A religiosidade africana era proibida, por isso, passaram a ser vigiados de perto por seus senhores e fiscalizados pelos eclesiásticos católicos, na qualidade de escravos, considerados utensílios de trabalho a semelhança de uma ferramenta, os africanos foram obrigados a aceitar a fé Jesus Cristo como símbolo da submissão aos europeus e a coroa portuguesa.

No entanto, as autoridades policiais ou da igreja, interessadas em desqualificar a religiosidade negra, criaram documentos que reduzida os ritos africanos a feitiçaria; a verdade é que elementos das religiões africanas sobreviveram se ocultando em meio à simbologia cristã nos dias atuais.

No período colonial os negros eram impedidos de frequentar espaços que expressavam a religião católica dos brancos, as irmandades representavam uma das poucas formas de associação permitidas aos negros neste contexto.

O surgimento das irmandades negras (no século XIX, os negros eram proibidos de frequentar as mesmas igrejas que os brancos, portanto, foram criados espaços exclusivamente para eles se integrarem às tradições católicas) foi uma forma de conferir status e proteção aos seus membros, sendo estas responsáveis pela construção de capelas, organização de festas religiosas e pela compra de alforrias de seus irmãos, oficialmente auxiliando a ação da igreja e demonstrando a eficácia da cristianização da população escravizada.

Entretanto, ao organizarem-se, geralmente, em torno da devoção a um santo específico, a qual assumiu múltiplos significados, incorporando ritos e cultos aos deuses

africanos, permitiu o nascimento de religiões afro-brasileiras como o candomblé. Muitos indivíduos que oficialmente cultuavam, por exemplo, São José, na capela erguida pela irmandade negra, clandestinamente dançavam em frente a uma imagem semelhante ao som do tambor em casas simples com paredes de barro cobertas de capim, utilizando palavras extraídas de textos católicos, mescladas a um dialeto da Costa da Mina (atual Gana).

Um sincretismo que se tornaria típico do povo brasileiro, também presente no candomblé, onde o rito do deus africano Coura e a devoção a Nossa Senhora do Rosário se fundiram, fornecendo um valioso exemplo da associação íntima (simbiose) da religiosa no Brasil.

Houve o processo de aculturação da santa católica que permitiu aos africanos cultuarem seus próprios santos com outros nomes, forjando novas práticas religiosas.

Vale ressaltar que outros credos estiveram presentes no contexto colonial, também colaborando para formar a cultura do povo brasileiro.

Sendo a fé em Cristo imposta, indígenas foram exterminados sob pretexto de serem catequizados, também não possuindo outra opção, os africanos escravizados foram obrigados a aceitar oficialmente os preceitos e dogmas da igreja católica, mas encontraram meios de ocultar seus próprios ritos e credos dentro do sistema simbólico cristão, originando práticas religiosas afro-brasileiras.

Forçados a migrarem para o Brasil, os judeus adotaram uma estratégia um pouco diferente, aderiram a uma vida dupla, oficialmente aceitando o cristianismo, praticado perante os olhos alheios, voltando-se para a sua verdadeira fé no interior do lar, uma maneira de manter a coesão das famílias e comunidades hebreias através da tradição.

Uma religiosidade dogmática, em certo sentido, perante a esfera pública geral, mas empírica e sujeita a transformações de ordem mil dentro da privacidade individualizada de grupos menores.

A cultura brasileira e sua capacidade adaptativa é, sem dúvida, tributária do caldeirão religioso colonial, efervescente e contendo em seu interior ingredientes paradoxais que, misturados, forjaram o sincretismo contemporâneo com inúmeros significados típico da mentalidade brasileira.

3. LIBERDADE DE CRENÇA

A constituição brasileira de 1824 previa explicitamente que a religião católica continuaria sendo a religião oficial do império, mas, autorizava os cultos de outras religiões, desde que fossem realizados nos chamados “cultos domésticos”, feito nas casas ou em outros espaços físicos, mas que não se identificassem como templo religioso, somente assim para nenhuma propagação pública se efetuar (Artigo- liberdade religiosa –estudos-juridicos-dirigidos-2-Passei Direto).

O império manteve a religião católica sendo oficial até ser extinto com a proclamação da república. Em 1891, é feita uma nova constituição, a primeira constituição republicana que classifica o Brasil como um país laico (sem religião oficial). No *caput* de seu artigo 72, a constituição expressa o direito a liberdade e no parágrafo 3º enfatiza a liberdade de culto.

Art. 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...).

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum. (...). (Art. 72. § 3º. Constituição Federal. 1891).

Essa neutralização do Estado na imposição de uma religião transporta intrinsecamente à liberdade de pensamento, permitindo que o cidadão possa escolher livremente a qual religião seguir, mudando ou aderindo a qual lhe for mais conveniente e que lhe supra espiritualmente.

Salienta Jorge Miranda:

A liberdade religiosa não consiste apenas em o Estado a ninguém impor qualquer religião ou a ninguém impedir de professar determinada crença. Consiste ainda, por um lado, em o Estado permitir ou propiciar a quem seguir determinada religião o cumprimento dos deveres que dela decorrem (em matéria de culto, de família ou de ensino, por exemplo) em termos razoáveis. E consiste, por outro lado (e sem que haja qualquer contradição), em o Estado não impor ou não garantir com as leis o cumprimento desses deveres. (...) (MIRANDA, 2000).

Para garantir o direito à liberdade de crença, a Constituição de 1988 prescreve não somente referido o direito, mas também protege o local destinado ao culto, prevê, no artigo 19, inciso I, e o artigo 150, inciso VI que:

Com Proclamação da República o Brasil tornou-se um país laico, consequentemente, garantiu a liberdade de crença. A Constituição de 1988 prescreve essa liberdade, enaltecendo também a liberdade de culto religioso, e proteção as organizações religiosas. A imunidade tributária é um dos mecanismos escolhidos pela Carta de 1988 para assegurar o direito à liberdade de crença, como prescrevem o artigo 19, inciso I, e o artigo 150, inciso VI.

Para Miranda o Estado deve proporcionar ao indivíduo o direito de ter uma religião, mas impor condições que o impeça de praticar, não haverá liberdade religiosa.

A liberdade de pensamento é onde se centraliza todo o tema que está em análise, sendo assim, Maria Lúcia Karam discorre expondo que “cada indivíduo deve ser livre para poder manifestar sua escolha em relação à fé em matéria transcendental, escolhendo acreditar ou não em um Deus (ou em vários deuses), escolhendo ter ou não uma religião”, como descrevem a Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 18 já mencionado anteriormente.

Uma vez que essa liberdade é assegurada por um direito, o Estado não pode nem lhe prescrever, nem lhe proibir uma crença ou religião. Faz parte dessa liberdade não só escolher a religião, mas também a liberdade de viver e comportar-se segundo a própria convicção religiosa.

Sendo assim, a liberdade de crença garante, especialmente, a participação em atos litúrgicos que uma religião pratica ou na qual encontra expressão. A isso corresponde, no sentido oposto também, o ato e a liberdade para não participar de atos litúrgicos de qualquer crença. Essa liberdade refere-se, do mesmo modo, aos símbolos por meio dos quais uma crença ou uma religião se apresenta.

4. LIBERDADE DE CULTO E ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA

A necessidade do direito de poder manifestar sua prática religiosa em um local físico e apropriado, evidenciou-se a partir do direito à liberdade de crença, caracterizando-se direito de liberdade de culto, podendo manifestar em público a liberdade religiosa.

Bastos e Martins discorre:

A religião não pode, como de resto acontece com as demais liberdades de pensamento, contentar-se com a sua dimensão espiritual, isto é: enquanto realidade ínsita à alma do indivíduo. Ela vai procurar necessariamente uma externalização, que, diga-se de passagem, demanda um aparato, um ritual, uma solenidade, mesmo que a manifestação do pensamento não requer necessariamente" (BASTOS e MARTINS, 2004, p. 54).

Segundo o autor em sua citação acima, explicam que a liberdade de crença não é possível ser comparada com as demais liberdades de pensamento pois a mesma não pode ser contida somente na dimensão espiritual, ela procurará uma manifestação como se fosse um ritual, um culto, uma solenidade.

Liberdade de culto: a religião não é apenas sentimento sagrado puro. Não se realiza na simples contemplação do ente sagrado, não é simples adoração a Deus. Ao contrário, ao lado de um corpo de doutrina, sua característica básica se exterioriza na prática dos ritos, no culto, com suas cerimônias, manifestações, reuniões, fidelidades aos hábitos, às tradições, na forma indicada pela religião escolhida". (SILVA, 2002, p. 248).

José Afonso entende que a prática da religião não se baseia somente na adoração de um Deus ou uma divindade, mas, a característica fundamental da crença é a prática de seus rituais e cultos, que assim as tornam únicas, as diferenciando das demais, pois, a simples adoração, praticamente todas as religiões aderem.

A liberdade de culto fortalece a liberdade de crença, na vigência da Constituição Imperial de 1824 continha o direito de crença, mas não o direito de manifestar essa religião em local público se não fosse da religião católica.

A atual Constituição Federal Brasileira, garante a liberdade de culto, mas, não absoluta, pois, as práticas litúrgicas não podem se confrontar com as regras e valores sociais já impostos pela sociedade. O andamento do culto deve ser pacífico e não contrário a nenhum direito fundamental como direito à vida e à dignidade humana.

As organizações religiosas recebem os direitos de uma pessoa jurídica que lhes é conferida nos termos da lei civil, conforme prescreve o § 1º, do artigo 44, do Código Civil:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado: (...)

IV - as organizações religiosas; (...)

§ 1º - São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Reconhecido essas organizações como personalidade jurídica, o Estado tem o dever de não impor nenhum tipo de embaraço na formação de organizações religiosas.

Experiências de convivência e respeito mútuo entre religiões diferentes, refletem a pluralidade e a diversidade do Brasil e dos brasileiros. Experiências como essas, e tantas outras, deixam contente o Criador.

Porque para isso foi criada a Humanidade: para que sejamos todos irmãos e irmãs, para que vivamos em paz e harmonia, para que nos amemos uns aos outros.

Desde o processo inicial de envolvimento com outros povos no Brasil, sabe que a religião sempre caminhou e caminha de mãos dadas com a política. No município de Acarape por exemplo, o prefeito da gestão de 2005 à 2008 afim de conquistar os eleitores evangélicos teve juntamente com o então presidente da câmara municipal (Pastor evangélico) a ideia de criar o Dia da Cultura Evangélica e decretou através de um projeto de leis aprovado pela câmara feriado (16 de setembro) , também criou a Praça da Bíblia (situada na entrada de Acarape , sentido Fortaleza Baturité) e também se fazia presente durante as grandes celebrações .

Nas festividades do padroeiro (24 de junho) o prefeito garantia transportes para os devotos das comunidades chegarem a sede, além de outras contribuições na festividade como: leitura da liturgia durante a missa, participação direta com a organização de toda a festividade todas as noites.

Em relação as religiões de matriz africanas não há comprovadamente uma relação íntima do prefeito, no sentido de frequentar abertamente aos terreiros, mas ele garantia o transporte para levar até as praias de Fortaleza os frequentadores de terreiro, onde os seguidores participam dos cortejos de Iemanjá (festa marcada em diferentes datas no Ceará).

CAPÍTULO III

DIMENSÃO RELIGIOSA

Nascemos para manifestar a glória do Universo que está dentro de nós. Não está apenas em um de nós: está em todos nós. E conforme deixamos nossa própria luz brilhar, inconscientemente damos às outras pessoas permissão para fazer o mesmo. E conforme nos libertamos do nosso medo, nossa presença, automaticamente, libera os outros.
Nelson Mandela

Abordar um tema de extrema complexidade como o da religião, consegue-se visualizar que até hoje, após toda essa evolução ocorrida na sociedade e em suas leis, que, ainda há uma grande distância a ser percorrida entre a sociedade contemporânea e a sociedade esperada e fundada na constituição federal de 1988; sendo assim, discorre-se do real sentido da religião a sua defesa em nossas leis.

Todas as religiões devem ser respeitadas. Intolerância religiosa é crime e quem a pratica deve ser punido. Religiões existem para nos tornarmos pessoas melhores, e ninguém se torna melhor subjugando o seu semelhante, pelo simples fato de ele pensar diferente.

Para o ocidental, de uma maneira geral, o projeto maior da vida é dominar e transformar a natureza e obter o proveito, o capital, o poder econômico à todo custo. E o objetivo desse esforço nesta lógica utilitarista é, muitas vezes, para impor e ostentar o seu “status social” na sociedade, mesmo sem os meios técnicos necessários, mas sempre com a arte de vencer sem ter a razão.
(DOMINGO, 2013, p.2)

Hoje, deveria ser possível: Viver confortavelmente sem nenhuma crença religiosa e com o direito de não sermos molestados por quem segue qualquer sistema de crença; Ter espiritualidade sem precisarmos frequentar um templo ou acreditar em um Deus; Explicar o mundo sem o recurso de forças invisíveis e sobrenaturais.

A cultura Africana pode nos ajudar a conceber e viver as relações do homem com a natureza para que não sejam puramente relações técnicas, mas estéticas; não relações do homem conquistador da natureza; mas sim relações de respeito recíproco, de participação e de complementaridade. E esta forma de relação íntima tem como

a finalidade realizar e manter um equilíbrio harmonioso entre homem e o universo. DOMINGO (2013, p.2)

O fato de a religião ter sido legitimadora de diversas formas de poder arbitrários ao longo de milênios não anula seu potencial criador, seu impulso para a ação coletiva. Por isso, Durkheim compreendia que, em última instância, a religião ensina as pessoas a viver melhor e fornece (especialmente para sociedades não modernas) o chão para a estabilidade das relações sociais.

As religiões de matriz africana, são monoteístas (cultua um único Deus). E sempre que um africanista invoca um Orixás, a oração inicia por Axé (se Deus puder aceitar esta minha oração).

A religiosidade Africana não é uma simples coerência da fé com os fatos, da razão com a tradição, ou o pensamento com a realidade contingente. Trata-se de uma coerência, uma compatibilidade e complementaridade global de todas as disciplinas, todos os domínios de saber e conhecimento são interligados. (DOMINGO,2015, p.180)

No corpo de doutrina Africana tudo no Universo está interligado formando uma teia, onde o homem que segue a tradição africana se reconhece como parte integrante do universo e estabelece uma relação profunda com a natureza através dos ritos e rituais específicos.

Melhor explicando, DOMINGO acrescenta:

E é nesta dinâmica de relação participativa que o Africano-Banto preserva a sua existência com o ser Supremo, Nzambi, (Deus), Bazimu (os espíritos), Banthu (os seres humanos, homens,), Pinhama, (os animais), os vegetais, os minerais e fenômenos e objetos sem a vida biológica. Expressando antropocentricamente, Zambi (Deus) é gerador e mentenador do Homem. DOMINGO (2013, p.3)

Em seu artigo sobre a visão africana em relação à natureza, DOMINGO (2013, p.7) fala que na vegetação, conforme a visão do mundo africano, se encontra o princípio das árvores da vida, da fecundidade e da proteção. E nas grandes horas de existência, os homens da religião tradicional africana respeitam profundamente a natureza. Eles se dirigem às florestas sagradas para realizar os ritos de passagem, de iniciação, etc. As mulheres se aproximam destas florestas, das ervas, das plantas para efetivar a sua maternidade. E há uma relação particular dos homens com os minerais; pedras que possuem potenciais especiais.

Desta forma DOMINGO (2013) continua a explicar:

As coisas e os seres não são obstáculos ao conhecimento de Deus; eles constituem, ao contrário, os significantes, os indícios reveladores do divino. Este conhecimento mítico do invisível não é puramente contemplativo: é ativo, atuante e concreto. E é elevado para a realização integral do homem. DOMINGO (2013, p.7)

A relação que o africano mantém entre Deus, o homem e a natureza acontece de maneira integrada, há uma grande valorização e respeito pelos seres vivos e mortos, para o povo africano a morte é uma continuidade da vida.

A tradição religiosa Africana compreende o seu ponto culminante na relação fundamental entre Deus, o homem, a natureza que se revela na visão unificada do mundo. E esta cosmovisão se apresenta como uma concepção integrada do universo, da vida e do homem, uma totalidade coerente que continua a fornecer o fundamento do pensamento filosófico e religioso dos povos Africanos. (DOMINGO,2015, p.168).

Assim, DOMINGO destaca:

Na concepção africana do homem, o ser humano é constituído por substancia material e de substancia imaterial. A parte imaterial sobrevive à morte e a parte material se desintegra. A morte, portanto, não significa o fim da vida, mas sim uma viagem, a continuidade da extensão da vida. Os mortos permanecem membros da sociedade ao lado da comunidade dos vivos está uma comunidade dos mortos. Entre as ambas comunidades, vivos e mortos, ocorre uma relação simbiótica. A sociedade africana, portanto, é uma família unida, composta pelos mortos, pelos vivos e por aqueles que ainda não nasceram. Deste modo a religião africana tradicional está profundamente ligada à cultura africana. (DOMINGO,2015, p.169)

A doença na lógica do pensamento africano é um sinal do desequilíbrio da força vital, do homem, ser humano, neste sentido, DOMINGO esclarece:

Na África a doença não é concebida como uma fatalidade, mas sim como desordem, um escândalo que inscreve no sistema antropológico do desequilíbrio do homem e que deve ter explicação e ser imperativamente tratado e/ou combatido. Nas sociedades Africanas a doença não é apenas ressentida como fenômeno que vem abater o indivíduo particular, mas sim, ela é vivida como uma perturbação das relações sociais. DOMINGO, (2015, p.172)

Domingo (2015, p.172) Também acrescenta que o desequilíbrio causado pela doença não afeta apenas ao indivíduo, mas se estende na família, comunidade, sociedade e no Cosmos de modo geral. A doença é, portanto, um assunto de toda a família, de toda comunidade. Assim, o autor continua a esclarecer que a doença é a ruptura da harmonia entre o homem e a natureza. As técnicas de tratamento e cura não podem ser separadas do universo simbólico da qual tem todos os elementos, pois a doença implica, em última análise, as relações entre os homens e o universo sócio- cultural e vice-versa.

A ideia da cura constitui um aspecto importante da religiosidade Africana. Ela partilha quase todas as sociedades Africanas, seja no meio mais tradicionais das zonas rurais assim como nas regiões modernas do meio urbano. E a doença é a ruptura do equilíbrio de si mesmo, causando angústia, o ódio, a vingança, o desespero, etc. E a boa saúde no pensamento Africano consiste no equilíbrio da força vital, uma boa relação do homem na sua dimensão física com o espiritual, na sua relação de parentesco. DOMINGO (2015, p.172-74)

O Poder da Palavra segundo DOMINGO (2015, p.178) é a força da palavra que tira, na confissão, as faltas cometidas; é o verbo que sacraliza a vítima no momento de sacrifício e põe em movimento as forças sobrenaturais; é ainda o verbo torna possível o regresso do equilíbrio do homem. A palavra engaja o homem, a palavra é o homem. É através das palavras que o génio que intervém no doente é nomeado, reconhecido, chamado e exigido de se retirar da vítima graças as encantações do vidente-exorcista, o médico tradicional. As palavras ligadas estreitamente aos gestos, à magia de sons e de tons, mais ainda talvez aos efeitos psicomotores dos ritmos e aos mistérios de símbolos. A palavra na tradição Africana não tem o sentido abstrato.

Entende-se que nós não somos africanos, nós temos matriz africana, devemos valorizar mais a cultura brasileira.

Ancestralidade é algo mágico que passa a ser realidade, trata-se do encontro de vidas passadas com o presente. Quando adoramos e celebramos o divino buscamos resgatar e recuperar o território perdido através da oração.

A entidade Legba, "Exu", na Cosmovisão Africana tem a função e condição de figura-limite entre o astral e a matéria é o guarda das encruzilhadas que levam a todos os lugares possíveis, com várias opções, com várias escolhas. Por essa razão as oferendas a Exu, são no abrigo da natureza, na rua e nas encruzilhadas para abrir os caminhos. Essas oferendas são a ligação entre o homem e o sagrado, ele faz circular o axé dinamizador do ciclo vital. O assentamento de Exu é na frente das casas de candomblé para protegê-la e aos seus adeptos.

Exu é uma figura quase onipotente no sistema religioso africano, sendo o mais importante no sistema religioso.

Exu é a força da comunicação, é o mediador entre o bem e o mal. Exu é o mensageiro entre os deuses e os seres.

O Senhor do Infinito, Olorum, que criou o universo, para povoá-lo, inventou seres imateriais, conhecidos como orixás.

Na atualidade ainda é possível identificar a herança da diversidade cultural africana em estados como Maranhão, por onde passaram centenas de negros do antigo Daomé, e Bahia, conhecida pela influência iorubá. Esse fato se deu por conta dos africanos vindos para o Brasil pertencerem a diversas regiões da África e além disso foram espalhados pelo Brasil.

Essa distribuição aleatória dos grupos africanos pelo país originou diferentes tradições religiosas, como o candomblé de nação ketu, oyó e ijexá nos terreiros baianos, o batuque gaúcho, o xangô pernambucano e a mina maranhense. Muitas destas linhas mesclam elementos iorubás, bantos e jejes, assim como suas variadas línguas, culturas e crenças religiosas num fenômeno que passou a ser conhecido como a diáspora africana.

CAPITULO IV

1. SITUAÇÕES ATUAIS

Sonho com o dia em que todos levantar-se-ão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos.

Nelson Mandela

Segundo PRANDI apud DOMINGOS, “As religiões afro-brasileiras nasceram marginalizadas e, ao longo do tempo, foram estabelecendo laços com pessoas influentes, que ajudavam a diminuir o preconceito na sociedade em geral”. O autor também destacar o quanto o quadro das religiões negras, ou religiões afro-brasileiras, é bastante diversificado. Em seu conjunto, até os anos 30 deste século, as religiões negras poderiam ser incluídas na categoria das religiões étnicas ou de preservação de patrimônios culturais dos antigos escravos negros e seus descendentes, enfim, religiões que mantinham vivas tradições de origem africana.

Formaram-se em diferentes áreas do Brasil, com diferentes ritos e nomes locais derivados de tradições africanas diversas: candomblé na Bahia, xangô em Pernambuco e Alagoas, tambor de mina no Maranhão e Pará, batuque no Rio Grande do Sul, macumba no Rio de Janeiro.

As Religiões dos Orixás cumprem também importante papel social na vida de seus adeptos. A dura vida do trabalho forçado, a marginalização e o racismo que os acompanha desde os primórdios da escravidão, encontrou nos terreiros, sob a proteção dos Orixás, um importante lugar de liberdade e experiência cidadã. Mas não só naquele tempo. A maioria dos negros ainda hoje permanece na periferia da sociedade devido a um avassalador processo de marginalização e exclusão social. Por isso, os terreiros das religiões de matriz africana continuam sendo um privilegiado lugar de integração social e formação cultural. É nos terreiros que eles se sentem acolhidos e respeitados (Religiões de matriz africana - Jornal Mundo Jovem).

De acordo com o último censo, de 2010, menos de 1% da população brasileira pratica as religiões de matrizes africanas. Mas esse universo não condiz com a realidade, já que ele não expressa a quantidade de pessoas que, juntamente com outras religiões, frequentam os cultos de matriz afrodescendente. O documento do IBGE informa que há cerca de 407 mil praticantes da umbanda, 167 mil do candomblé e cerca de 14 mil de outras religiões de matrizes africanas.

Classificação percentual dos grupos religiosos e comparação com o Censo 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil. Proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Dos que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e 21,8 %, evangélicos não determinados. A pesquisa indica também o aumento do total de espíritas, dos que se declararam sem religião.

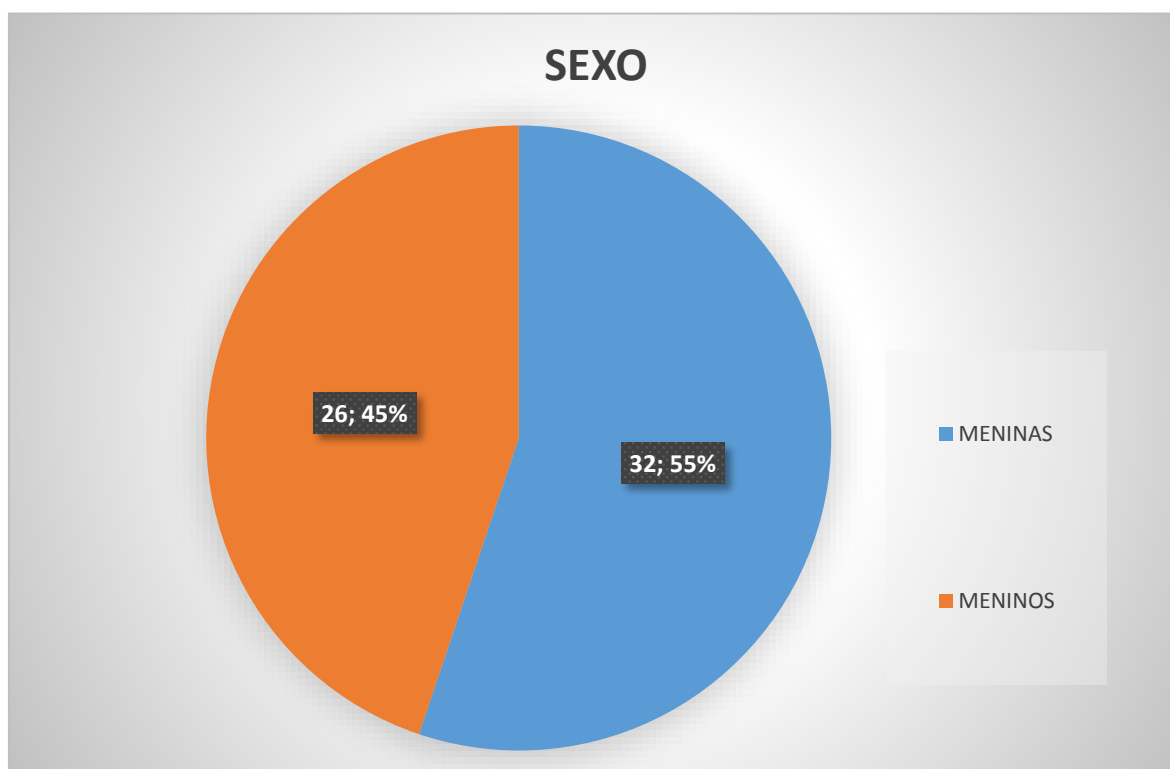
2. TRABALHO DE CAMPO

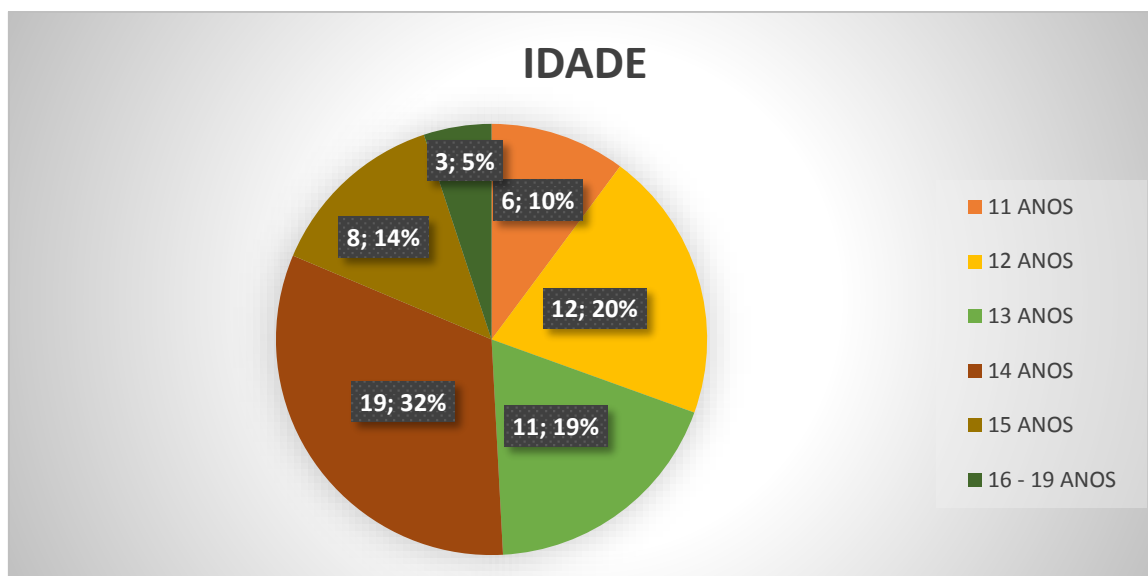
No que se propõe esta pesquisa abrir espaço para o debate sobre a intolerância religiosa no âmbito escolar, a referida pesquisa foi destinada à Escola de Ensino Fundamental I e II Antônio Marinheiro, fundada em 1977. Atualmente a escola tem como diretora, o Sra. Francisca Maria Queirós e coordenadora Pedagógica a Sra. Antonia Eliete da Silva Maciel. Situada a na localidade de Pau-branco II s/n, na zona rural do município de Acarape-ce. Atende crianças do ensino infantil pela manhã e o fundamental II (6º ao 9º) à tarde.

Um total de 58 discentes foram pesquisados, sendo estes, 28 alunos do 8º ano e 30 alunos do 9º ano. Em relação aos docentes, foi aplicado individualmente em horário de planejamento. Foram perguntados aos alunos (as): Sexo; Idade; Sua religião; Racismo religioso; Participação em cerimônia religiosas de matriz africana; E por fim, se mantém dialogo com pessoas de religião de matriz africana. Aos professores foi perguntado: A religião; E como é feita a grade curricular referente ao ensino religioso?

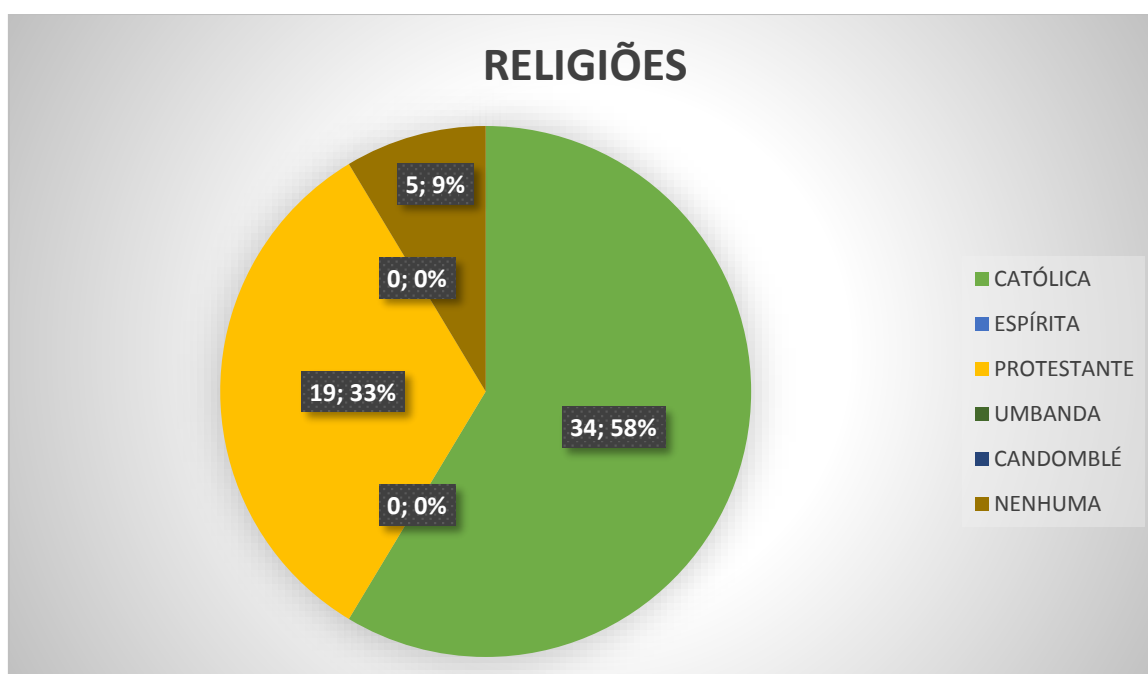
Identificação dos Discentes, Docentes e Líderes religiosos

Seguindo a identificação dos discentes da referida pesquisa, foram aplicados 07 questionários, respondidos por 58 alunos nas turmas do 8º e 9º ano da Escola de Ensino Infantil e Ensino fundamental Escola Antônio Marinheiro. Segue abaixo os gráficos referentes a idade e ao sexo dos alunos.



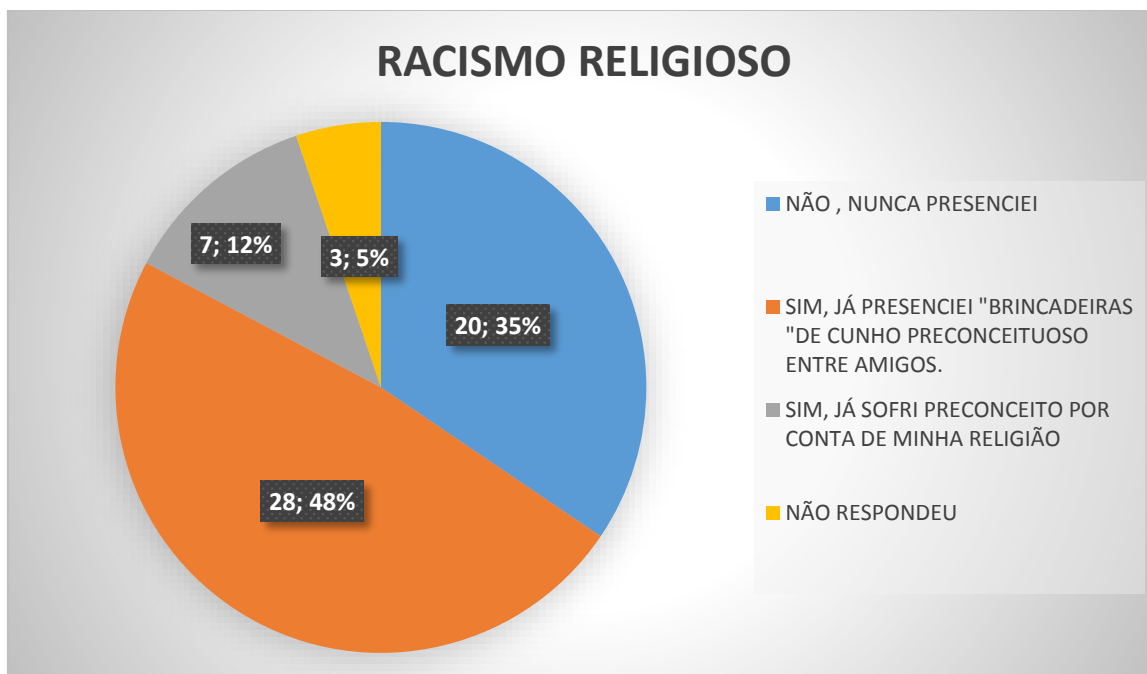


Perguntados sobre as religiões do grupo pesquisado, foi percebido que 32 alunos correspondente a 59 % dos pesquisados caracterizaram suas religiões como católica e 19 alunos ou 35 % se identificam como protestantes. Também foi perguntado se algum dos entrevistados pertencia as religiões de matrizes africanas, mas nenhum aluno expressou ser pertencente a essas religiões, também não houve nenhum manifesto referente ao espiritismo, no entanto 05 dos entrevistados, ou seja, 9% afirmaram não pertencer a nenhuma religião, como mostra o gráfico abaixo.

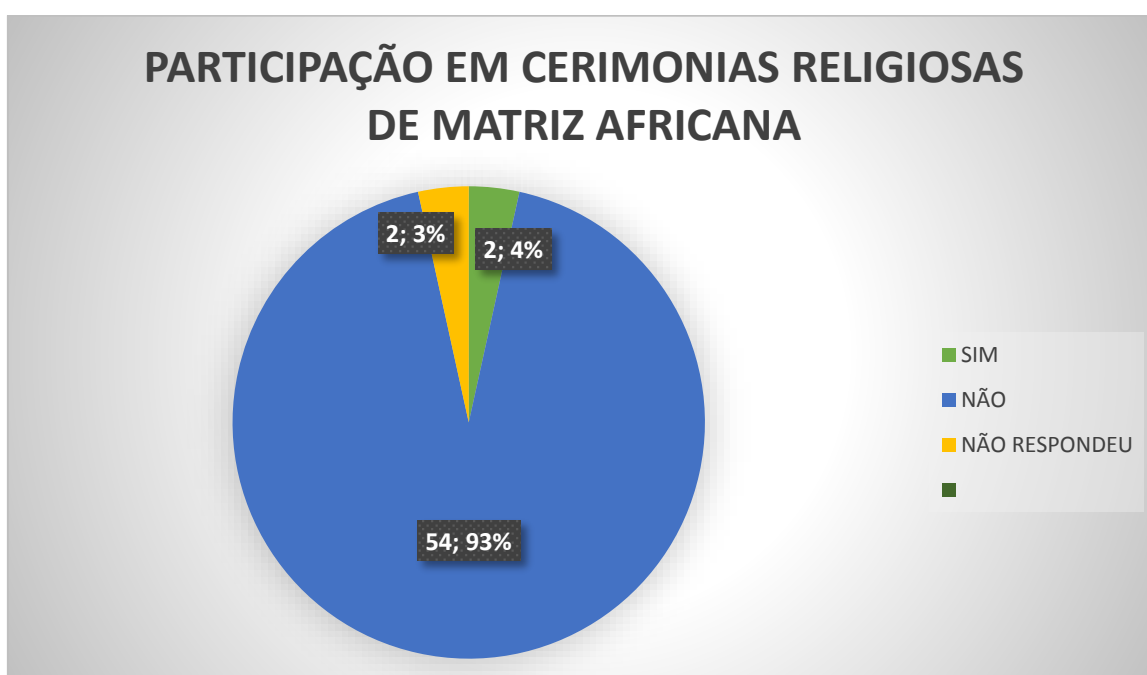


Sobre o grande número de pessoas que na atualidade ainda sofrem com o racismo religioso, foi perguntado: Você já percebeu algum ato de discriminação religiosa? A resposta dos pesquisados foi a seguinte: Não, nunca presenciei -20 alunos (35%); Sim, já

presenciei “brincadeiras “ de cunho preconceituoso entre amigos -28 alunos (48%); Sim, já sofri preconceito por conta de minha religião – 7 (12%) seguido de 3 discentes (5%) que não quiseram responder.

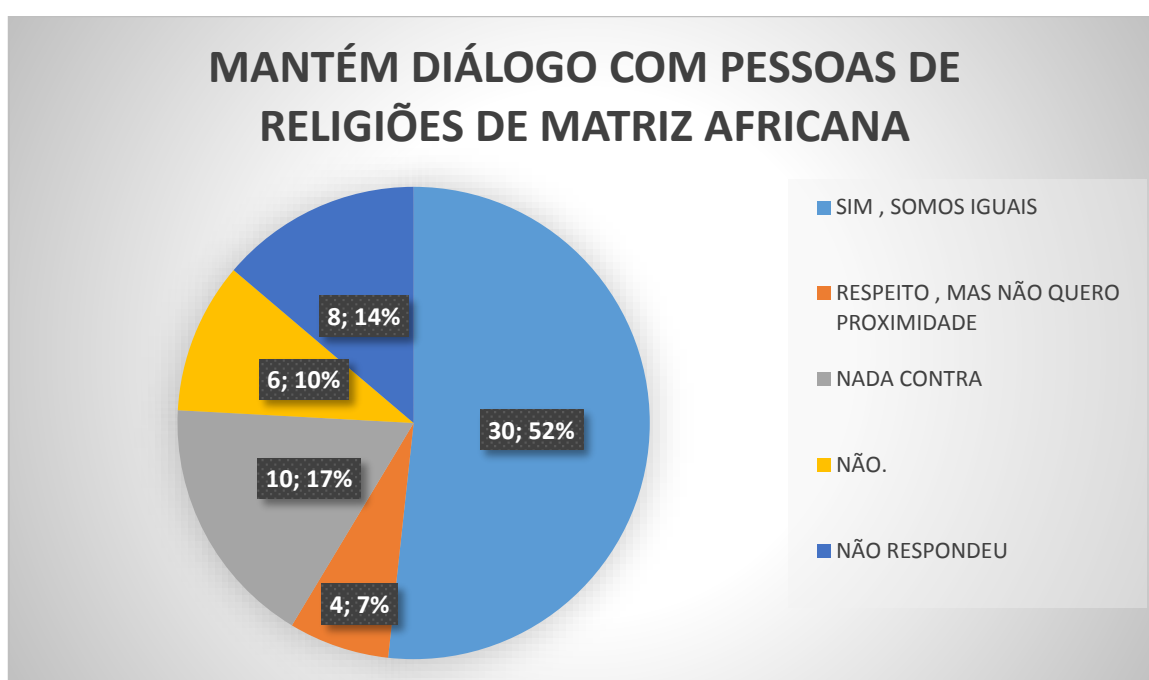


Com relação aos festejos das religiões de matriz africana, foi perguntado se alguém de sua família já frequentou ou frequenta algum terreiro ou centro de cerimoniais de candomblé ou umbanda. Houve empate entre o **SIM** e aqueles que optaram por **NÃO RESPONDER**, sendo que a maioria foi unanime em responder **NÃO**.

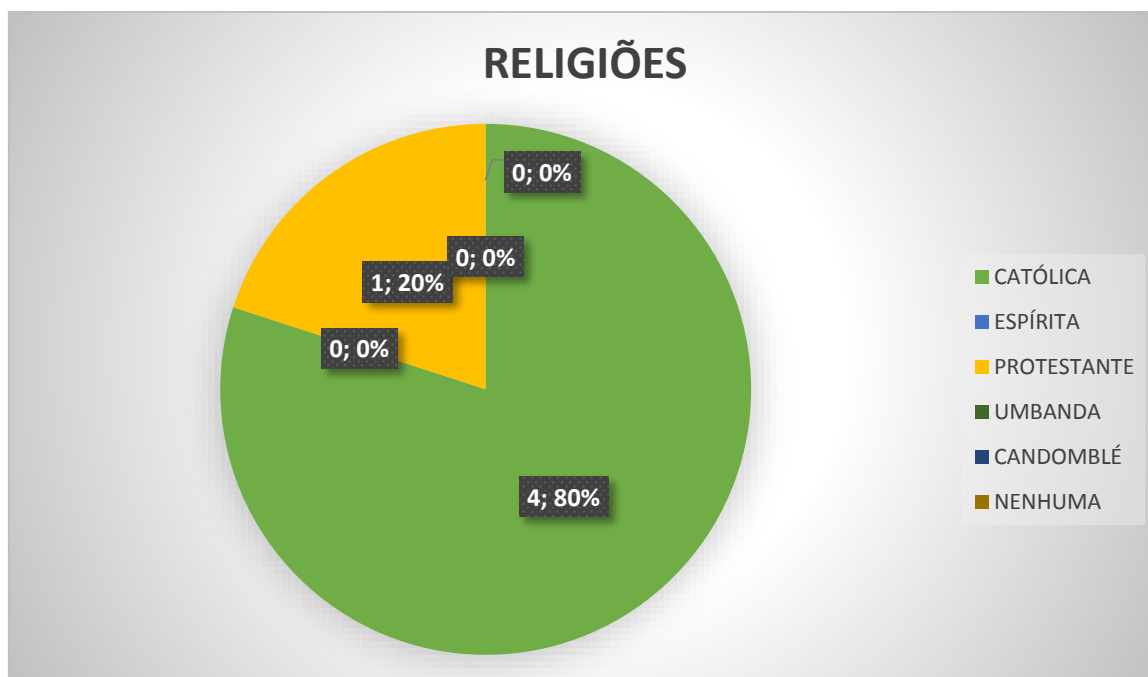


Por meio dos resultados, foi possível tomar conhecimento de que os alunos passaram a perceber a composição religiosa da escola, sendo que no âmbito escolar os alunos disseram não haver problemas envolvendo a religião. No decorrer da discussão, foi perguntado aos alunos se eles já haviam em algum momento estudado sobre as religiões de matriz africanas e o que foi percebido através do relato dos discentes é que esse tema não é abordado na escola.

Perguntados sobre se os alunos mantêm relação com pessoas de outras religiões, em especial as religiões de matriz africanas 30 (52%) dos alunos ressaltaram que **SIM, SOMOS TODOS IGUAIS**, seguido de 10 ou 17%) dos alunos disseram que **NADA CONTRA** os seguidores dessas religiões, pois, cada um tem o direito de escolher, 8 (14%) abstiveram – se e 6(10%) responderam **NÃO**. Abaixo está expresso no gráfico os resultados:



A escola pesquisada é composta por 05 Docentes, núcleo gestor (Diretora, Coordenadora Pedagógica e Secretária Escolar) e demais funcionários. Foi perguntado aos Docentes sobre sua religião, constatou-se que 4 (80%) são católicos e 1 (20%) é protestante (Assembleia de Deus).



Por fim, perguntado aos docentes sobre a grade curricular do ensino religioso na escola. Como é feita a grade curricular referente ao ensino religioso? No momento desta questão, os docentes comentam que há uma dificuldade muito grande para se trabalhar essa disciplina, pois não existe material didático para dar suporte tanto para os docentes quanto para os discentes, o professor se sente desamparado e obrigado a fazer seu próprio plano, que na maioria das vezes só contempla a religião católica e a protestante, não trabalhando assim as demais religiões.

Portanto, passa despercebido por estes docentes, propiciar o conhecimento sobre o fenômeno religioso, analisando e compreendendo as diferentes manifestações do sagrado, a partir da realidade sociocultural e da comunidade na qual está inserido, contribuindo para a construção da cidadania, promovendo o diálogo, o respeito às diferenças, a superação de preconceitos.

Também ficou visível que os docentes desconhecem as Diretrizes Curriculares da Educação Básica referente ao Ensino Religioso, tendo em vista isto, segue um modelo que será ofertado aos professores como exemplo de grade para o ensino religioso, trata-se de uma proposta da Secretaria da Educação do Estado de Goiás, porém, nada impede a utilização desta tabela como referência. Esta tabela permitirá ao docente planejar melhor suas aulas, contemplando os conteúdos, além de demonstrar o que fazer, também aponta os objetivos de cada eixo temático. Veja o modelo abaixo:

PROPOSTA DE CURRÍCULO PARA ENSINO RELIGIOSO

CONTEÚDOS CONCEITOS	EIXOS TEMÁTICOS	OBJETIVOS (expectativas de ensino e aprendizagem)
Psicologia e tradição religiosa: determinações da tradição religiosa na construção mental do	Cultura e Tradições Religiosas	Conhecer o misticismo que leva à transcendência de um povo; _Verificar o fundamento da experiência mística e as diferenças religiosas de um povo na busca do Transcendente; _Diferenciar entre as tradições religiosas a forma de sua doutrina e crenças no relacionamento com o Transcendente, consigo mesmo, com os outros e com o mundo; _Abordar a dimensão religiosa como busca de respostas para as grandes questões humanas;

inconsciente pessoal e coletivo		_ Perceber as diferenças entre místicas e os problemas psicológicos.
Verdades de fé: o conjunto de doutrinas que orientam a vida dos fiéis nas diversas tradições religiosas	Teologia	Descobrir como as verdades de fé podem contribuir para o crescimento da identidade humana e da vida cidadã; _ Identificar as verdades que orientam as pessoas através de mitos, crenças e doutrinas religiosas; _ Compreender o significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas; _ Relacionar concepção de mito e verdade social; _ Distinguir as doutrinas das vertentes religiosas.
Vida além-morte: as respostas norteadoras do sentido da vida: ressurreição, reencarnação, ancestralidade, nada.		Conhecer as possíveis respostas dadas à vida além-morte pelas tradições religiosas; _ Compreender os conceitos de vida além-morte elaborados pelas tradições religiosas ; _ Respeitar as opiniões e crenças sobre a vida além-morte _ Elaborar comparações sobre a concepção de vida eterna; _ Diferenciar reencarnação, ressurreição, culto ancestral e na edificação.
Espiritualidades: o estudo dos métodos utilizados pelas diferentes tradições religiosas no relacionamento com o Transcendente, consigo mesmo, com os outros e com o mundo.	Ritos	Reconhecer a espiritualidade como um dos elementos fundamentais das tradições religiosas; _ Vivenciar o mundo pessoal a partir da experiência do Transcendente; _ Entender que os símbolos religiosos intensificam a relação com o Transcendente; _ Compreender que há diversas espiritualidades; _ Identificar a simbologia e os rituais existentes nas diversas religiões; _ Compreender como os símbolos religiosos podem ser significativos para os grupos sociais; _ Conhecer as diferentes manifestações espirituais _ Identificar as características dos ritos; _ Compreender os fundamentos da espiritualidade; _ Caracterizar a diversidade de linguagens religiosas para tratar do Transcendente no Brasil.
Valores: conhecimento do conjunto de normas de cada tradição religiosa, apresentado aos fiéis.	Ethos (costumes e os traços comportamentais)	Despertar-se para a busca/vivência dos valores da cidadania em diferentes contextos; _ Participar individual e coletivamente das ações solidárias a serviço da vida; _ Comportar-se adequadamente ao enfrentar situações complexas; _ Vivenciar os valores que promovem a coexistência pacífica; _ Entender a função dos valores das tradições religiosas no destino da humanidade; _ Perceber a influência do sistema de valores e das ideologias religiosas nas estruturas sociais; _ Relacionar as exigências e qualidades éticas do procedimento humano na perspectiva das tradições religiosas; _ Valorizar e empregar o diálogo como forma de esclarecer conflitos e tomar decisões coletivas; _ Comparar as narrativas e valores considerados sagrados pelas culturas; _ Captar os sentidos éticos das crenças e da fé; _ Discutir a relação entre religião, espiritualidade e ética; _ Respeitar os diferentes modos de conceber o sagrado.

Esta proposta Curricular será encaminhada a escola pesquisada para servir de suporte para os professores através desta buscar pesquisar sobre os eixos temáticos afim de contemplar o ensino religioso, de forma a pensar e contemplar- lo de fato.

Seguindo a discussão com os líderes religiosos: Um Protestante, um Católico e um Testemunho de Jeová sobre o conceito de religião; Discriminação religiosa; E diálogo com religiões de matriz africana os entrevistados deram os seguintes depoimentos:

Protestante: Na realidade nós não temos uma religião e nem Ceita, saímos de uma religião e aceitamos Jesus que é a luz e o caminho certo para se alcançar a salvação, o que temos em comum com as outras religiões é que podemos estar em todos os lugares, mas sempre como servos de Deus, por exemplo, se um de nós for convidado a ir para um evento da igreja católica, podemos ir, porém não realizamos seus rituais, (participação passiva). Existe uma comunicação com as demais religiões, no tocante as religiões de matriz africana umbanda e candomblé não aceitamos o que os seguidores fazem (referindo-se aos rituais praticados), pois não acreditamos que possam fazer o bem, e não podemos nem queremos lidar com esse tipo de coisas (rituais de sacrifícios e oferendas) que são praticadas nos terreiros apesar de reconhecer que de tudo existe: o bom e ruim.

Católico: Religião é essencial para que os cristãos possam por se só definir onde se enquadrar, seja em um ambiente social, cultural e expressar de forma harmoniosa sua fé, então religião é o local onde os cristão, ou seja, todo aquele que crer em Deus e se reúne entorno de um mesmo objetivo. A igreja católica é muito abrangente e está diretamente ligada as áreas sociais, portanto, não discrimina ninguém, é uma religião aberta e lida com todos os tipos de fieis e também quem não tem nenhuma crença. Relacionamento respeitoso com as demais religiões, inclusive com os frequentadores de umbanda e candomblé e defende que todos tem o livre arbítrio de professar sua fé, além disso, reafirmo que existe um diálogo aberto com todos no dia a dia, não havendo distinção. Recebemos os pais e mães de santos e demais seguidores de braços abertos, todos são bem vindos, só quem tem o poder de julgar é Deus, pois Jesus Cristo já mais excluiu ninguém, Ele acolhia a todos.

Testemunho de Jeová: Religião tem o objetivo de ligar o ser humano com Deus. Afirma que sofre muito preconceito em relação ao pensamento ser diferente do que o outro pensa, e durante a realização de seu trabalho enfrentam esse problema constantemente, as pessoas não querer ouvir o que os testemunho de Jeová tem a falar, embora o objetivo não seja divulgar os próprios pensamentos, o que pregam não suas ideias mais, sim os ensinamentos da Bíblia. Não tem preconceito com as outras religiões, falam com todos independente da religião, respeitando o ponto de vista de cada um e desejam também ser respeitados em relação as nossas crenças e opiniões.

Vale ressaltar, que procurei dialogar com mãe de santo, realizei visitas a sua residência, no entanto, não a encontrei, fiquei triste com o resultado, pois estava empenhada em querer saber também sua visão sobre religião e como ela relaciona -se com as demais religiões.

Considerações Finais

Na presente pesquisa, discutir a Intolerância Religiosa foi um grande desafio para eu enquanto pesquisadora por que tive a necessidade de buscar conhecer do que tratava as religiões de matriz africana, para só então, partir para uma discursão com o público. Nessa busca descobri o quanto nós herdamos e praticamos dessas religiões.

Um exemplo claro que fazemos parte dessas religiões é que as pessoas (católicas e as vezes de outras religiões também) sempre em momentos de angustia recorrem as curandeiras (os) ou rezadeiras como é mais comum chama-los. Essas curandeiras (os) detém a sabedoria e o dom de procurar tratar e curar doentes sem habilitação médica oficial, a cura provém através da fé.

O fato das pessoas não conhecer sobre a umbanda ou candomblé, as conduz a realizar atos preconceituosos. No entanto, se cada um se colocasse no lugar do outro por um instante, com certeza pensaria melhor e não descrimnaria o outro por conta de sua religião ou qual outro aspecto.

Ao realizar a pesquisa de campo sobre a Intolerância Religiosa em Acarape-ce, percebi por diversas vezes que as pessoas evitam falar de umbanda e candomblé, demonstram ter medo. Ao comentar de minha visita a casa da mãe de santo, fui questionada sobre o que fazia neste lugar tão assombroso, porque procurar esse tipo de gente que se envolve com feitiços, bruxaria e além disso, recomendaram-me a passar longe de um lugar tão sombrio e perigoso. Portanto, engana-se quem pensar que no Brasil e também em Acarape não existe Intolerância religiosa.

A mídia hoje divulga através das novelas, filmes, programas de auditório, campanhas de entidades, a questão do racismo religioso e disponibiliza o disque 100 para quem se sentir ameaçado ou sofrer com a intolerância religiosa buscar ajuda e punição para os agressores. Essa divulgação está encaminhando as pessoas a terem um cuidado maior no momento de se referir aos seguidores dessas religiões, por que temem enfrentar a justiça, mas isso não significa dizer que as pessoas aceitem e compartilhem as ideologias dessas religiões.

Na aplicação da entrevista com os alunos era notável a falta de argumentos para eles fazerem a exposição de ideias escrita e oral sobre o tema abordado (Intolerância Religiosa) demonstraram conhecer um pouco sobre sua própria religião e desconhecer as demais. Com os líderes religiosos a pesquisa fluiu de forma mais comedida, ao emitir suas respostas por terem maior conhecimento tanto das religiões como da lei de Intolerância religiosa.

Caberá a escola encaminhar seu discurso e sua prática pedagógica de maneira clara, levar o aluno a reconhecer Deus como criador do universo, fazer o aluno perceber que existem vários povos de diferentes culturas e Deus reconhece a todos como sendo seus filhos e filhas. Também fica a cargo da escola tentar abrir a mente do aluno no sentido que a religião é um direito de escolha, que cada povo tem sua forma de cultuar e conectar-se com o transcendente através da fé.

É papel da sociedade prevenir a intolerância, reconhecer que todos tem livre arbítrio e esse reconhecimento pressupõe garantir-lhe o direito de pensar, de crer, de amar, de doar, de rezar, de ser gente religiosa ou não religiosa. Gente que exercita a missão sagrada de reconhecer em seu semelhante a imagem do criador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2003, p. 742.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 2vol. 3 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 54).

Constituição de 1988, *artigo 19, inciso I*, e o artigo 150, inciso VI .

CHAUÍ, M. **Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2001, p.133

Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 18.

DOMINGOS, Luis Tomas. A visão africana em relação à natureza. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em 11/jul, 2013.

DOMINGOS, Luís Tomas. A complexidade da dimensão religiosa da medicina africana tradicional. Disponível em: www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7108 de LT Domingos - 2015

DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. São Paulo: Perspectivas, 1970.

DURKHEIM, Émile. Durkheim. São Paulo: Abril Cultura, 1978. (**Os Pensadores**). P. 224-7).

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KARAM, Maria Lúcia. Proibições, crenças e liberdade: o direito à vida, a eutanásia e o aborto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. Tomo IV, direitos fundamentais. 3 ed. rev. actual. Coimbra Editora. 2000).

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 21 ed. rev. ampl. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 248 - grifo do original.

SILVA JUNIOR, Nilson Nunes da. Liberdade de crença religiosa na Constituição de 1988. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 72, jan 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7101>. Acesso em jun 2016.

PRANDI, Reginaldo. Os candomblés de São Paulo: A velha magia na metrópole nova. São Paulo, Hucitec & Edusp, 1991 (a).

Sites de pesquisas ;

A função social da religião em Durkheim – BERTONE SOUSA

<https://bertonesousa.wordpress.com/2013/.../a-funcao-social-da-religiao-em-durkheim..>

O Estado Laico e a Democracia - Associação do Ministério Público do ...

www.amperj.org.br/artigos/view.asp?ID=99

Liberdade de crença religiosa na Constituição de 1988 - Âmbito Jurídico

www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura.

Artigo - liberdade religiosa - estudos-juridicos-dirigidos-2 - Passei Direto

<https://www.passeidireto.com/arquivo/2326462/artigo---liberdade-religiosa>

Matriz Curricular ? Caderno 5 - Secretaria da Educação do Estado de ...

www.educacao.go.gov.br/educacao/.../curriculoemdebate/caderno5.pdf

Religiões de matriz africana - Jornal Mundo Jovem

www.mundojovem.com.br › Artigos - Jornal Mundo Jovem

Dados do Censo 2010: crescimento da diversidade dos grupos ...

www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=68389

www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/.../003%20-%20Luis%20Tomas%20Domingos.pdf

www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/.../003%20-%20Luis%20Tomas%20Domingos.pdf

www.periodicos.ufrn.br/mneme/issue/download/425/16

tudoenadadebom.blogspot.com/2006/12/daimones-demnios-e-exu.htm

